

TRADUÇÃO

JOHN M. KEYNES E A TEORIA CAPITALISTA DO ESTADO

EM 1929¹

Antonio Negri

Tradução de Jefferson Viel² e Homero Santiago³

1. 1929 como momento fundamental na periodização do Estado contemporâneo

Cinquenta anos se passaram desde o Outubro Vermelho de 1917. Tratava-se do coroamento de um movimento que se iniciara em junho de 1848, quando, nas ruas de Paris, o proletariado industrial moderno descobre sua autonomia de classe, e que tivera uma reviravolta decisiva em 1870, ainda em Paris, quando do período da Comuna e da derrota provém a palavra de ordem do partido, afirma-se a consciência da necessária organização política da autonomia de classe.

1848-1870, 1870-1917: esses parecem ser os grandes períodos entre os quais se pode reencontrar a única base adequada para um primeiro trabalho de conceitualização na teoria do Estado contemporâneo. Isso porque uma definição do Estado contemporâneo que não tenha presente a total modificação das relações de força revelada pela crise revolucionária da segunda metade do século XIX; que não queira, pois, dar as costas aos temas da tradição política, humanista e burguesa de toda a modernidade; que não saiba interpretar a consciência

¹ NEGRI, Antonio. “John M. Keynes e la teoria capitalistica dello stato nel '29”. In: VV.AA. *Operai e stato. Lotte operaie e riforma dello stato capitalistico tra rivoluzione d'Ottobre e New Deal*. Milão: Feltrinelli, 1972.

² Doutorando em Filosofia pela Universidade de São Paulo sob orientação do professor Homero Santiago. E-mail: jefferson.viel@usp.br

³ Professor livre-docente do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: homero@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0610-9993>.

(mais ou menos mistificada) do papel central e global assumido pela classe operária na temática que, com 48, se impõe à ação e ao pensamento político; que não pretenda remeter ao dado banal do processo de industrialização o reconhecimento de uma fase de desenvolvimento na qual, ao socializar-se, toda a dialética da exploração capitalista – e a necessária inerência entre subordinação e antagonismo que ela impõe ao trabalho operário – redundava no emaranhado completo das relações políticas e institucionais do Estado contemporâneo... Bem, tal definição, como quer que se queira, vive à noite, quando todos os gatos são pardos.

Ora, com 17 a contemporaneidade se faz presente, um novo período se abre. A verdade de 48 – qual seja, a possibilidade de que a classe operária surja como variável independente do desenvolvimento capitalista ao configurar-se, no limite, em sua própria autonomia política – cumpre sua *Durchbruch ins Freie*: irrompe ao ar livre. O país dos soviets é o signo do antagonismo operário que conseguiu estruturar-se autonomamente como Estado e, por isso mesmo – isto é, por ser signo de possibilidade objetiva, presente –, torna-se ponto de identificação política interna para a classe operária internacional. De fato, aqui o socialismo passa da utopia à realidade. Doravante, a teoria do Estado deverá acertar contas não só com os problemas inerentes ao mecanismo de socialização da exploração, mas também com uma classe operária politicamente identificada, devinda sujeito, e com uma série de movimentos materiais que, já dentro de sua materialidade, trazem toda a conotação política revolucionária. Isso porque o primeiro momento realizado da revolução operária mundial se representa desta maneira: interiorização do elemento político na composição de classe e aprofundamento da presença contraditória de uma classe operária autônoma, politicamente consistente, em todos os níveis da organização capitalista. Dessa perspectiva, a originalidade irreduzível de 17, com respeito também aos ciclos de lutas operárias anteriores, aparece em sua inteireza – verdadeiro ponto arquimédico a partir do qual todo problema ganha nova perspectiva e novas dimensões – e o ponto de vista operário pode liberar-se.

Sem dúvida, a percepção da incidência do Outubro Vermelho penetra lentamente a consciência do capital: a princípio, o impacto de 17 parece-lhe provir do exterior e sua primeira resposta consiste na tentativa – exitosa, em diversos graus – de isolamento militar, diplomático e político da experiência russa. Quanto aos problemas levantados pela grande onda de luta operária que, nos anos imediatamente seguintes, difunde-se internacionalmente, organiza-se em possantes movimentos sindicais e explode na experiência dos conselhos;⁴ se é verdade que só grupos dirigentes imaturos escolhem o caminho da repressão fascista, é verdade também que a resposta capitalista mais geral e a reprodução dos modelos reformistas de contenção apenas tangenciam a nova realidade política. Derrotar as vanguardas operárias e, em particular, atingir o que, naquela fase, constituía sua força, a saber, o relativamente alto

⁴ O movimento sindical e político que se seguiu à Revolução de Outubro fora da Rússia é aqui considerado em suas características substancialmente homogêneas: movimento sobretudo “gestionário”, expresso e dirigido por aristocracias operárias mesmo onde adquire caráter de massa. À definição dessa homogeneidade do movimento é dedicado o trabalho de Sergio Bologna “Composizione di classe e teoria del partito alle origini del movimento consiliare”. Para uma introdução simples ao tema, ver também RYDER, *The German Revolution of 1918*; ROSENBERG, *Histoire du bolchevisme*; PRIBIĆEVIĆ, *The Shop Stewards’ Movement and Workers’ Control*; DRAPER, *American Communism and Soviet Russia*; e DE CARO, “L’esperienza torinese dei consigli operai”.

grau de profissionalização e a ideologia gestonária que daí derivava; destruir a própria possibilidade de aliança entre vanguardas operárias e massas proletárias, que dava forma ao partido bolchevique; tolher da classe aquele partido: esses são os primeiros objetivos. O taylorismo e o fordismo têm estas funções imediatas: tolher da classe o partido bolchevique por meio da massificação do modo de produzir e da desqualificação da força de trabalho e, com esse mesmo expediente, introduzir novas forças proletárias no processo produtivo, destruindo a incisividade das velhas aristocracias e impedindo que elas se reconstruam. Assim como, após 70, a resposta política do capital percorreu o caminho da ruptura da frente proletária mediante a criação tecnológica de aristocracias operárias, agora, após 17, após a recomposição política operária a partir daquela ruptura cíclica, o capital tenta novamente a via tecnológica da repressão.

Mas eis o salto que 17 impõe. Ainda que esse velho caminho – que as oportunidades da reconversão produtiva pós-bélica e as novas técnicas de racionalização do trabalho incitam tomar – talvez possa ser percorrido por um período brevíssimo; na realidade, logo se percebe que agora o progresso da organização capitalista não é mais somente reprodução ampliada da classe operária, mas, antes, sua recomposição política direta. Depois que, de uma vez por todas, o Outubro Vermelho introduziu a qualificação política na materialidade mesma da classe operária, a resposta tecnológica não fazia senão reconduzir a recomposição política de classe a um nível mais alto, já que evitava o verdadeiro problema capitalista: o reconhecimento da emergência política da classe operária e, com isso, a exigência não só (ou não tanto) do aperfeiçoamento ulterior do mecanismo social de extração do mais-valor relativo, mas, sim, de sua completa reestruturação – em uma situação em que o reconhecimento da autonomia operária seja acompanhado da capacidade de seu controle político. Reconhecer a originalidade de 17, o abalo total da estrutura material mesma do processo capitalista, tornar-se-ia necessário para o próprio capital.

O acerto de contas, de fato, não tarda. Como sempre, a iniciativa política do capital seria obrigada a liberar-se. Pouco após a derrota da greve geral inglesa – último limite, parecia, da expansão revolucionária –, aquele 17 que se queria exorcizado é reencontrado pelo capital adiante, como classe operária socialmente homogeneizada pelas técnicas repressivas antes implementadas, massificada a ponto de, em sua autonomia, dever ser reconhecida como, por um lado, potencial subversora, e, por outro (mas, ao mesmo tempo, na mesma medida), alicerce e motor do próprio desenvolvimento capitalista. 29 é isto: o contragolpe das técnicas repressivas antioperárias que se repercute na estrutura do Estado capitalista inteira, 17 tornado momento interno de todo o sistema capitalista. A iniciativa política operária de 17, pontual e ferozmente destrutiva, objetivou-se, fez-se ação erosiva contínua e possante: controlada por um breve período após 17, exprime-se agora, em 29, com toda a força que seu desenvolvimento interior, secreto, acumulou. A tentativa precedente de não reconhecer a incidência necessária e eficaz da particularidade política operária reverte-se com força destrutiva para quem a operou. A crise é mais profunda onde o capital é mais forte.

Assim, 29 representa um momento de importância excepcional na evolução do Estado contemporâneo. O que resulta abalado é o próprio fundamento material da vida constitucional. Além disso, 29 assola a nostalgia daqueles valores que 17 já havia destruído. Na quinta-feira negra de Wall Street, na catastrófica queda do índice da bolsa, estão envolvidas justamente as mitologias do Estado e políticas de um século de renovado domínio burguês sobre a classe operária. Conclui-se a trama do estado de direito como figura histórica

da máquina de poder estatal predisposta à tutela dos direitos individuais, do conteúdo burguês do *due process*, em suma, de um poder estatal estabelecido para garantir a hegemonia social burguesa. É o fim do *laissez-faire*.

Mas não é só isso: a socialização do modo de produzir e a totalização da intervenção do Estado capitalista foram testemunhadas já nos anos que se seguiram a 1870. Agora, porém, o início de uma nova época na história do Estado contemporâneo é assinalado pelo fato de que, nesse mundo já socializado, o reconhecimento da emergência da classe operária e da inextinguibilidade do antagonismo que ela traz, não pode ser ulteriormente negado. Portanto, a novidade da concepção de Estado derivada da grande crise não provém, como com demasiada frequência se disse (e não apenas *chez nous*, com a limitada ótica que o fascismo permitia)⁵, da definição de uma figura totalitária de Estado. Trata-se, antes, de uma reconstrução capitalista do Estado a partir da descoberta do antagonismo operário radical. Obviamente, as implicações dessa reconstrução têm uma extensão totalitária, mas só no sentido de que todos os níveis da vida do Estado portam a consciência da cisão e da luta.

Paradoxalmente, o capital faz-se marxista, ou, ao menos, aprende a ler *Das Kapital* – é claro, de seu ponto de vista que, se é mistificado, nem por isso é menos eficaz. Reconhecido o antagonismo, trata-se então de fazê-lo funcionar e, concomitantemente, de impedir que a autonomia destrutiva se libere de um dos polos desse antagonismo. A revolução política operária pode ser evitada apenas com o reconhecimento da nova relação de forças, apenas quando se faz a classe operária funcionar dentro de um mecanismo que sublima a contínua luta pelo poder em elemento dinâmico do sistema, apenas – de outra parte – ao controlá-la, ao instrumentalizá-la para uma série de equilíbrios nos quais, de vez em quando, se encerram e se estabilizam as várias fases da “revolução das rendas”. O Estado quer embeber-se na sociedade, e ali, na série de equilíbrios continuamente recriados, ele próprio parece buscar a fonte de sua legitimidade de modo ininterrupto. Esse mecanismo de inovações dos equilíbrios das rendas das partes em jogo rapidamente articula-se como plano: e é isto – o modelo de equilíbrio adotado por um período de planificação – o novo fundamento material da vida constitucional, e o é tão radicalmente que toda inovação no equilíbrio abre um verdadeiro processo de revisão constitucional. A estabilidade parece passar pela consciência de uma nova precariedade da vida do Estado: a “revolução permanente” parece conquistada, parece ter paradoxalmente sofrido uma “*Aufhebung*” da parte capitalista.

Até aqui, a ciência capitalista do Estado, que, como sempre, necessariamente revela e mistifica. Revela a nova situação das relações de força, a dolorosa interiorização da classe operária na vida do Estado, seu papel dinâmico para todo o desenvolvimento. Ao mesmo tempo, porém, mistifica, fingindo ignorar não tanto o caráter antagonista da emergência da classe operária quanto a generalidade dos efeitos produzidos por tal emergência, camuflando a violência necessária para manter esse equilíbrio determinado e precário que então se estabeleceu e, no limite, exaltando essa sociedade, embotada pela violência, como bem comum, como vontade geral em ato. Por isso, nesse jogo de revelação e mistificação, no qual se deve exercitar a percepção da mudança radical das relações de força entre as classes, a copresença e o conflito de elementos contraditórios – necessariamente contraditórios e

⁵ São conhecidas, por exemplo, as acusações de “totalitarismo fascista” que certos estratos do *big business* dirigiram contra a experiência do *New Deal*.

copresentes – são reconhecidos por toda parte, na ciência do capital. Ela é obrigada a cumprir sua extenuante tarefa de análise e apologia espremida entre a consciência da precariedade da ordem atual e a vontade de estabilização, entre as urgências diversas de organização e de repressão, em uma situação da qual sente a gravidade e da qual, para salvar-se, não sabe senão se entregar a uma espécie de repetido prodígio político – um prodígio político para, sempre que preciso, unificar os aspectos igualmente necessários da vida do capital: socialização do modo de produzir e socialização da exploração, organização e violência, organização social para a exploração operária. Não foi a natureza do processo que mudou, mas as dimensões nas quais a exploração é obrigada a operar e o sujeito sobre qual o capital deve afirmar-se. Isso parece um prodígio político porque, naquele nível – imposto pela luta, pela presença mesma de classe operária –, toda fricção é alarme, todo erro é catástrofe, todo movimento assinala o aprofundamento da mudança das relações de força entre as classes em luta. Esse desequilíbrio é imposto pela força extraordinária de uma classe operária que subsumiu em si a experiência da revolução e que, em todos os níveis do desenvolvimento, exprime novamente a objetividade do impacto revolucionário.

Na ciência do capital, isso é percebido por toda parte. Advertir sobre esse fato, frisá-lo, é, por assim dizer, a medida mesma da consciência capitalista da situação. Mover-se dentro dessa confusão e desmascará-la – e, assim, discriminar ciência e ideologia – é, portanto, tarefa da crítica operária, sobretudo onde a definição da situação, expressa em seu mais alto grau, tenha emergido da reflexão capitalista. É por isso que doravante seguiremos o pensamento daquele que, com maior perspicácia analítica e mais refinada intuição política, considerou o enredo capitalista entre 17 e 29, oferecendo – com um desencantado diagnóstico – uma indicação terapêutica ao estrato capitalista internacional. John Maynard Keynes talvez tenha sido o mais perspicaz teórico daquela reconstrução, daquela nova forma capitalista de Estado que se opôs ao impacto revolucionário operário de 1917.

2. Keynes entre 1917 e 1929: a consciência do impacto do Outubro Vermelho na estrutura do capital

Perguntemo-nos, então: como o desenvolvimento da consciência capitalista pode prosseguir? De que forma e em que medida ela se prepara para 29, para suas implicações radicais? Sobretudo, qual é a percepção, nos anos que nos interessam, do nexos entre 17 e 29?

Ora, vimos acima que 17 se apresenta sob dois aspectos ao mesmo tempo: como problema internacional e como problema interno a cada país capitalista; como problema da contrarrevolução (de todo modo, do isolamento da Rússia soviética) e como problema da repressão do possante movimento (sindical e político) da classe operária, movimento esse que estende a experiência de 17 para todo o mundo capitalista – em termos homogêneos onde, entre 18 e 26, se organiza em conselhos, e também onde é diretamente sindical (mas sempre em termos de vanguarda, de pesquisa de gestão).⁶ É extraordinário ver como os dois

⁶ É o caso da luta operária nos EUA. Sobre a homogeneidade entre os comportamentos da classe operária americana em luta nos anos imediatamente posteriores à Primeira Guerra Mundial e aqueles da classe operária europeia, remetemos aos trabalhos de Sergio Bologna e de George P. Rawick em BOLOGNA *et al.*, *Operai e Stato*. Recorde-se, em particular, que, entre 1914 e 1920, o número de

problemas são mantidos separados pelo estrato político capitalista internacional. Técnicas diversas são postas em ação a fim de responder às duas insurgências revolucionárias. A consciência capitalista ainda não estava convencida da presença internacionalmente unitária da classe operária, e nessa separação está um dos motivos de sua catastrófica incompreensão da realidade.

Ao menos, tal é a opinião de John M. Keynes. Se, depois de 17, o momento central da reconstrução capitalista da ordem política internacional é Versalhes, é ali mesmo – ele reconhece –, nesse último ato de uma tradição secular de relações de força entre nações, que a incompreensão da nova dimensão da luta de classes se exprime por meio da separação dos [referidos] problemas. Como explicar de outra maneira, prossegue Keynes, a loucura de Versalhes? No Tratado, em vez de se construir um plano para salvar a Europa da ruína, reviram-se frustrações, ressentimentos e vinganças de séculos de política de potências. Enquanto a revolução preme, o estrato político do capital entrega-se a uma organização punitiva, e não reconstrutiva, da ordem europeia. A hipocrisia diplomática triunfa sobre os próprios empenhos armisticiais. Com isso, porém, prepara-se não a possibilidade de defesa e de reestruturação do sistema, mas, sim, a certeza de um aprofundamento da crise. Em particular, a loucura econômica do sistema de reparações imposto à Alemanha assegura que os efeitos do tratado de paz se prolonguem de forma desastrosa não apenas lá, mas cumulativamente em toda a ordem integrada do mercado capitalista.

Se buscarmos deliberadamente o empobrecimento da Europa central, [a] vingança caminhará com passos firmes – essa é a minha previsão. Nada poderá evitar, então, a guerra civil entre as forças da reação e as convulsões desesperadas da revolução, hostilidades diante das quais os horrores da guerra provocada pela Alemanha empalidecerão, e que podem destruir a civilização e o progresso da nossa geração, qualquer que seja o seu vencedor.⁷

Mas que outro caminho seguir? Um, e um só: consolidar a economia da Europa central como bastião contra os soviets russos e como controle dos movimentos revolucionários internos, reunificar as duas frentes de defesa do sistema capitalista.

Atribuiu-se a Lênin a declaração de que a melhor maneira de destruir o sistema capitalista é destruindo a moeda [...]. Não há dúvida de que Lênin tinha razão. Não há meio mais seguro e mais sutil de subverter a base da sociedade [...]. Ao combinar o ódio do povo à classe dos empresários com o atentado à segurança econômica da sociedade representado pela violação arbitrária dos contratos e do equilíbrio da riqueza – resultado inevitável da

inscritos na AFL passa de dois a quatro milhões, o nível mais alto de participação sindical antes dos anos trinta. Para uma série de dados úteis, veja-se igualmente BERNSTEIN, *The Lean Years*; e o ensaio de Walter Galenson em DEMARCO; DHONT; FAUVEL-ROUIF (orgs.), *Mouvements ouvriers et dépression économique de 1929 à 1939*.

⁷ KEYNES, *As conseqüências econômicas da paz*, p. 186.

inflação –, esses governos estão tornando impossível a manutenção da ordem econômica e social do século dezenove.⁸

É assim para John M. Keynes em 1919. Seguir seu pensamento desde aquela distante polêmica até a publicação da Teoria geral talvez nos permita entrever o esquema global do atribulado desenvolvimento da política do capital. Pois bem, Keynes advertia sobre as desastrosas consequências da ruptura do Tratado, sobre a ilusão, ali implícita, de que as relações entre as classes não seriam modificadas pela ruptura operária do sistema pré-bélico. No entanto, estamos muito distantes de uma consciência teórica precisa da inovação do ciclo político do Estado contemporâneo, da capacidade de transformar – como ocorrerá na Teoria geral – uma avaliação da ruptura operária em motivo do próprio crescimento econômico do capital. Não obstante, é a partir dessa intuição política, tão primitiva quanto fundamental, que se ilumina o problema central dos anos vindouros: como bloquear, como controlar o impacto da Revolução de Outubro na estrutura do capital. A querela sobre a continuidade ou não, sobre a coerência ou não do pensamento keynesiano, à medida que souber superar o significado literal do discurso de Keynes e dissolver-se na descoberta do problema que percorre esse discurso, poderá conduzir a indagação a algum resultado de caráter geral.⁹

Intuição política, dissemos. Como tal, ainda muito distante de se tornar sistema científico. Aliás, tendo-se por perspectiva o futuro sistema, Ohlin provavelmente foi mais keynesiano que Keynes quando – ao contestar a análise deste sobre os efeitos das reparações alemãs nas rendas externas – definia a possibilidade de o pagamento das reparações contribuir dinamicamente para a definição de um novo nível de equilíbrio econômico internacional.¹⁰ Todavia, já em 1922 a posição de Keynes havia mudado: as “intoleráveis

⁸ KEYNES, *As consequências econômicas da paz*, pp. 163-164. Como se disse, nessa fase Keynes tem como objetivo político reunificar as duas frentes de defesa do sistema capitalista; e, eis o corolário, a organização dessa defesa não pode ser feita senão ao visar a Alemanha. Essa perspectiva permanecerá sempre entre os elementos fundamentais do discurso político do autor. Em 1922, ele repete à exaustão estas ideias: “O futuro da Alemanha está agora no Oriente, e certamente é nessa direção que suas esperanças e ambições, quando ressurgirem, voltar-se-ão” (*A revision of the Treaty*, p. 186). Portanto, o assim chamado “filogermanismo” de Keynes (que encontra sua repreensão mais aguda em MANTOUX, *The Carthaginian Peace, or the Economic Consequences of Mr. Keynes*) tem uma qualificação de classe bem mais profunda que a que seus críticos quiseram ver. Ademais, é um discurso que corresponde e retoma perfeitamente o melhor filão do pensamento político burguês da Alemanha weimariana: não é difícil, por exemplo, encontrar uma intuição idêntica no Max Weber desses mesmos anos (veja-se MOMMSEN, *Max Weber und die deutsche Politik*, pp. 280 et seq.). Por seu turno, Keynes nunca escondeu a profunda consonância de sentimentos e propostas que o ligava àqueles grupos políticos e intelectuais weimarianos e, no ensaio “Dr. Melchior: A Defeated Enemy”, forneceu daquele ambiente um quadro não muito distante dos tons apologéticos.

⁹ Robert Lekachman vê bem o problema na introdução ao volume que organizou (*Teoria geral de Keynes*, pp. 15-24). O mesmo pode ser dito de Austin Robinson (“John Maynard Keynes 1883-1946”, pp. 68-70) e, logicamente, do hagiógrafo Roy Forbes Harrod (*The Life of John Maynard Keynes*). Para Paul A. Samuelson (“*A Teoria geral*”, p. 333), o caminho que conduz à Teoria geral, que se diga em voz baixa, é uma “estrada de Damasco”.

¹⁰ Veja-se, sobretudo, OHLIN, “Mr. Keynes Views on the Transfer Problem”; e *id.* “The Reparation Problem”.

angústia e fúria”¹¹ que o tinham obrigado a abandonar a mesa das tratativas de Paris foram mitigadas; sua visão era mais superficialmente otimista:

Se eu olhar dois anos para trás e reler o que escrevi à época, verei que os perigos que se apresentavam diante de nós foram felizmente superados. A paciência das pessoas comuns da Europa e a estabilidade de suas instituições sobreviveram aos piores choques que jamais voltarão a receber. Há dois anos, o Tratado, que ultrajava a Justiça, a Misericórdia e a Sabedoria, representava a vontade momentânea dos países vitoriosos. As vítimas seriam pacientes ou seriam levadas pelo desespero e pela privação a abalar as fundações da Sociedade? Agora temos a resposta. Elas foram pacientes.¹²

Ainda assim, intuição política fundamental, que implicava uma avaliação radicalmente nova das grandes dimensões do desenvolvimento. Robertson reconhecia-o com extrema lucidez:

[...] o que surpreende nessa análise da estrutura econômica europeia é o fato de, em certos aspectos, ser muito diferente daquela filosofia pré-bélica, otimista, livre-cambista, pacifista, e assemelhar-se muito mais àquela filosofia que, consciente ou inconscientemente, alimenta os edifícios do protecionismo, do militarismo, do imperialismo.¹³

A concepção do *laissez-faire* está aí implicitamente liquidada, prossegue Robertson; e os problemas da política internacional são remetidos àqueles da organização interna das relações de força.

Não obstante, para além do grande sucesso de público, a advertência keynesiana parece cair no vazio. A grande imprensa refuta-o – “uma das características mais extraordinárias do livro do sr. Keynes é a inexperiência, para não dizer a ingenuidade, política que ele revela”¹⁴ – e os políticos, tanto os velhos como os novos, escarnecem-no (substancialmente nos mesmos termos). Clemenceau:

Forte em matéria de economia, o sr. Keynes [...] combate, sem cuidado algum, o abuso das exigências dos Aliados (leia-se “da França”) [...]. Essas censuras e muitas outras, de uma violência brutal – das quais eu não diria nada se o autor, sob todos os ricos, não tivesse acreditado servirem a sua causa ao torná-las públicas –, mostram com bastante clareza o quanto certos espíritos estavam irritados.¹⁵

¹¹ KEYNES, *apud* ROBINSON, “John Maynard Keynes 1883-1946”, p. 47.

¹² KEYNES, *A revision of the Treaty*, pp. 115-116.

¹³ ROBERTSON, “John Maynard Keynes The Economic Consequences of the Peace”.

¹⁴ *The Times*, 4 de dezembro de 1919 (*apud* ROBINSON, “John Maynard Keynes 1883-1946”, p. 49).

¹⁵ O juízo de Clemenceau é recordado pelo próprio Keynes em *A revision of the Treaty*, pp. 69-70.

Churchill:

Com um bom senso indiscutível, Keynes ilustrou a monstruosidade das cláusulas financeiras e econômicas. Em todos esses pontos, sua opinião é boa. Contudo, arrastado por sua aversão natural pelos termos econômicos que deveriam ser solenemente ditados, ele fez uma condenação por atacado de todo o edifício dos tratados de paz. Que ele seja qualificado para falar dos aspectos econômicos, não se pode duvidar; mas do outro, e mais importante, lado do problema, ele não podia julgar melhor que outrem.¹⁶

Quanto ao capital, a resposta é velha, apesar da força com que agora é proposta; velha como 48, como 70: uso da força repressiva para derrotar o movimento político da classe operária; e – em segundo lugar – reabsorção da força de trabalho por meio de um salto tecnológico, qual seja, o aperfeiçoamento do mecanismo de extração de mais-valor relativo. O movimento dos conselhos e a pressão imponente do sindicalismo revolucionário do início dos anos 20 são derrotados – ou melhor, veem tolhida a possibilidade mesma da dialética revolucionária que ali se organizava entre vanguardas de classe e massas proletárias – pela introdução das novas técnicas de racionalização do trabalho, pelo esmagamento da qualificação, pela cadeia de montagem. Como sempre, o primeiro efeito da luta operária na estrutura do capital é reformista: aqui, no início dos anos 20, determina uma inovação tecnológica geral, impõe ao capital uma absorção da pressão operária mediante uma expansão determinada pela renovação radical na combinação dos fatores produtivos.

Mas até onde era possível percorrer essa velha estrada? A situação não havia mudado por completo? Keynes insistia genericamente na interiorização do elemento político na economia. Do ponto de vista do capital, esquecia-se também essa “generalidade fundamental” e refutava-se o fato, bem mais prenhe de consequências, de que a Rússia soviética já oferecia à classe operária um ponto de identificação política ineliminável. Para ser válido, o mecanismo capitalista deveria recuperar a classe operária enquanto entidade política. A mecânica do mais-valor relativo era insuficiente: não fazia senão alargar as contradições do desenvolvimento, massificando ulteriormente a classe operária, pondo as bases – com a acentuação dos motivos que conduzem à crise cíclica (já que a expansão da oferta não estimulava efetivamente a pressão da demanda, não reconhecia a demanda como sujeito efetivo) – de um choque político geral no mais alto nível.

No entanto, também o ponto de vista (ainda não mais que político) de Keynes é insuficiente, mesmo que em termos diversos. Era necessário que a intuição política se transformasse em traje científico – e a superioridade keynesiana estava no fato de as condições metódicas estarem postas, de o problema ter sido corretamente identificado.

¹⁶ CHURCHILL, *The World Crisis*, v. 5, p. 155. Ao resenhar esse mesmo volume, Keynes (*Essays in Biography*, pp. 70-78) reconhece a correção de Churchill a sua linha política na Conferência de paz. Ao mesmo tempo, porém, censura-o – de forma contundente – por não ter conseguido apreender a centralidade da insurgência revolucionária soviética: “[Churchill] falha em enxergar – ou ao menos em pôr em perspectiva – a grandeza dos eventos em suas devidas correlações, em separar os episódios essenciais dos casuais [...]. Para ele, apesar de seu tributo à grandeza de Lênin, os bolcheviques permanecem nada mais que uma atrocidade imbecil” (pp. 72-73).

Assim, seguir a atividade científica de Keynes entre 20 e 29 será seguir uma *vox clamans in deserto*, a consciência crescente e sempre mais amarga do profeta desarmado. Simultaneamente, porém, será ver como a intuição política aos poucos se transforma em discurso científico – e, veja-se bem, sempre sob o contínuo impulso do enredo político, ou seja, da pressão da classe operária e das consequentes necessidades políticas do capital.¹⁷ Isso foi observado acima com Robertson: já nas *Consequências econômicas da paz* a filosofia do *laissez-faire* parecia superada. Mas só implicitamente. Era o sentido da precariedade da ordem internacional depois da guerra destrutiva e a insurgência revolucionária soviética que o revelava. Agora, o panorama doméstico inglês interioriza o problema da crise da velha ordem: a lei de Say não vale mais porque não reconhece a manutenção da ordem capitalista como um problema, porque postula tal ordem como espontânea, porque – possamos bem dizê-lo – se recusa a ver aquela negação potencial que é a classe operária. Com efeito, à medida que adota veste científica, o problema da classe operária, na ótica de Keynes, tende a apresentar-se conforme a tradição da ciência econômica, a definir-se nos termos da mistificação profissional como um problema de desemprego, em um horizonte de tacanho objetivismo clássico.¹⁸ Porém, nessa fase de aproximação política do problema as coisas dão-se diferentemente, pois a luta de classes encarrega-se de historicizar essas categorias da ciência econômica. De fato, a classe operária inglesa entra em cena segundo toda sua autônoma figura revolucionária,¹⁹ e a quem grita que a greve geral é ilegal, que já tinha ultrapassado os limites da ação constitucional – a seus colegas universitários, a seus amigos da milícia liberal –, Keynes responde: que seja! Mas o que significa isso? Que os movimentos de classe podem parecer ilegais porque o equilíbrio de forças que condicionava aquele sistema, que determinava aquela legalidade, ruiu. Que as relações de força são outras, e a legalidade deverá adequar-se à nova situação.²⁰ A lei de Say não vale mais porque as variáveis do equilíbrio econômico e político mudaram: acrescentou-se a autonomia da classe operária.

Os sindicatos são fortes o suficiente para interferir no jogo livre das forças de oferta e demanda, e a opinião pública, ainda que resmungando e com mais que a suspeita de que os sindicatos estão se tornando perigosos, apoia-os em seu argumento principal, o de que os mineiros de carvão não devem ser vítimas de forças econômicas cruéis que nunca põem em movimento.²¹

Buscar o equilíbrio político, portanto, significa ter presente o novo âmbito, as novas forças: só assim será possível determiná-lo. Se as equações de Say não funcionam, é porque surgiram novas incógnitas. Ora, essas incógnitas são incorporadas à ciência.

¹⁷ Sobre o desenvolvimento keynesiano nos anos 20, continuamente estimulado pelo enredo político inglês, têm justamente insistido os biógrafos Roy Forbes Harrod (*The Life of John Maynard Keynes*, pp. 331 et seq.) e Austin Robinson (“John Maynard Keynes 1883-1946”, pp. 55 et seq.).

¹⁸ Sobre como o problema se apresentava a Keynes, cf. ROBINSON, “John Maynard Keynes 1883-1946”; e NAPOLEONI, *Il pensiero economico del Novecento*, pp. 79 et seq.

¹⁹ Além do citado Pribičević, permitimo-nos remeter ao artigo de Mauro Gobbin sobre a greve geral inglesa de 1926 em BOLOGNA et al., *Operai e Stato*.

²⁰ Veja-se o testemunho de Roy Forbes Harrod em *The Life of John Maynard Keynes*, pp. 375 et seq.

²¹ KEYNES, “Am I a Liberal?”, p. 305.

A ideia do partido do velho mundo de que você pode, por exemplo, alterar o valor da moeda e depois deixar os ajustes consequentes serem produzidos pelas forças da oferta e da demanda pertence aos dias de cinquenta ou cem anos atrás, quando os sindicatos eram impotentes e quando era permitido ao *juggernaut* econômico cometer barbeiragens ao longo da estrada do progresso sem obstrução e até mesmo com aplausos.²²

Todavia, não são subvalorizadas aqui a importância e a profundidade da crítica keynesiana também da perspectiva científica. O ataque à lei de Say implica a destruição de uma ideologia secular, de uma postura mental tanto mais sólida quanto menos ancorada nos fatos; implica a desmistificação de um valor fundamental, da norma diretiva da ciência política burguesa do século XIX. É um ataque à

[...] mesma consciência burguesa que [enquanto] festeja a divisão manufatureira do trabalho, a anexação vitalícia do trabalhador a uma operação detalhista e a subordinação incondicional dos trabalhadores parciais ao capital como uma organização do trabalho que aumenta a força produtiva denuncia com o mesmo alarde todo e qualquer controle e regulação social consciente do processo social de produção como um ataque aos invioláveis direitos de propriedade, liberdade e à genialidade do capitalista individual. É muito característico que os mais entusiasmados apologistas do sistema fabril não saibam dizer nada mais ofensivo contra toda organização geral do trabalho social além de que ela transformaria a sociedade inteira numa fábrica.²³

A crítica de Keynes à lei de Say, destarte, comporta uma operação de destruição radical do objeto – enquanto a Economia Política se apresentava (estruturalmente) como teoria do equilíbrio, como teoria orgânica e funcional das trocas, da possibilidade livre e indefinida de acesso ao mundo da riqueza. A ciência econômica, adequadamente unificada a seu objeto, constituía-se radicalmente na “naturalidade” desses pressupostos. Ao serem estes criticados, aceita-se o risco de que a sociedade se configure por inteiro como fábrica.

Nesse ponto, porém, firma-se a antítese keynesiana. A destruição do objeto está a serviço de sua reconstrução. Mais tarde, Keynes afirmará não menos que os esquemas neoclássicos de equilíbrio econômico são válidos uma vez alcançado o pleno emprego.²⁴ É que a dialética burguesa não conhece turbulências. Quanto a Keynes, toda vez que a crítica atinge o limite da negação, ela é acompanhada de uma filosofia paralisante que impede todo passo posterior. Só o esquema formal, a reconstrução do equilíbrio, lhe satisfaz, prisioneiro

²² KEYNES, “Am I a Liberal?”, p. 305.

²³ MARX, O capital, livro I, p. 430.

²⁴ “Se os nossos controles centrais lograrem estabelecer um volume de produção agregado correspondente o mais aproximadamente possível ao pleno emprego, a teoria clássica retomará, daí em diante, a sua devida posição”. KEYNES, *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, 1996, p. 345 (doravante *Teoria geral*).

que é do arcano horizonte do fetichismo da mercadoria – não obstante tenha renunciado às mais vulgares mistificações. Além do equilíbrio, além da reproposição da forma mistificada de equivalência geral, não há outro objetivo a alcançar: há apenas o “partido da catástrofe”,²⁵ há a desesperadora certeza de que a história, ou seja, todo o resto, é feita por imbecis: “nem causas profundas, nem destino inevitável, nem magnífica maldade”.²⁶ “O problema da carência e da pobreza e a luta econômica entre classes e nações não passa de uma confusão terrível, uma confusão transitória e desnecessária”.²⁷ Daí, portanto, o equilíbrio formal que o cientista busca restaurar no limite da possibilidade burguesa de conhecimento: não se trata mais nem mesmo de sentimento pleno e ganância segura, mas do paramento consciente de uma obrigação irracional, de um substituto obscuro de todo conteúdo racional...²⁸

Assim, a partir da revelação inicial da transformação presente nas relações de força entre as classes, da avaliação obscura da insurgência autônoma da classe operária, Keynes quer – depois do ataque à mitologia oitocentista do *laissez-faire* – erigir um novo modelo de equilíbrio. Todavia, isso só será definido na *Teoria geral* de 1936. Aqui, nos anos 20, a obra permanece prevalentemente crítica. Ataque à restauração do *Gold Standard*,²⁹ identificação da nova fase de socialização na qual entrou a produção capitalista³⁰ e, sobretudo, insistência na necessidade da intervenção do Estado para a mediação dos conflitos de classe (e, portanto, para a garantia do equilíbrio econômico).³¹ Obra essencialmente crítica, já se disse, visto que aqui os termos da relação renovada entre as classes não funcionam ainda como tais no discurso keynesiano, não se tornaram ainda elementos constitutivos do princípio da demanda efetiva, do princípio do risco crescente, da nova teoria da taxa de juros: não se tornaram ainda sistema. Mesmo quando se olha para aquilo que, nessa fase de aproximação, é o elemento mais significativo da elaboração keynesiana, isto é, o intervencionismo, percebe-se que ele é a contraparte da crítica ao *laissez-faire*; que, portanto, reconhecidas as consequentes dificuldades de assegurar o equilíbrio, ele implica o registro da massificação operária: falta, ao invés, a determinação da qualidade da inserção da classe operária no desenvolvimento do sistema. O tipo de intervencionismo, aqui teorizado e proposto, é ainda apenas um fato político, deriva da necessidade de assegurar uma base mais ampla ao desenvolvimento

²⁵ KEYNES, “Am I a Liberal?”, p. 297 *passim*.

²⁶ KEYNES, “Dr. Melchior: A Defeated Enemy”, p. 71.

²⁷ KEYNES, *Essays in Persuasion*, p. XVIII.

²⁸ No ensaio “Newton”, Keynes parece querer fixar – mediante a identificação de um momento mágico e subterrâneo, e o confronto disso com a face iluminista e triunfante do pensamento do grande físico-matemático cambridgiano – um modelo de conhecimento científico em que a convivência desses dois aspectos não consegue esconder a maior autenticidade do primeiro. Pelo contrário, há ciência em Newton apenas quando o homem e o mago são exaltados, apenas quando o gênio criativo é sustentado por interesses irracionais. Eis o fascínio de Newton: ter sabido manter presente o universo como enigma... Até que ponto a consciência keynesiana de seu próprio caminho científico não é vertida nessa imagem de Newton?

²⁹ A esse respeito, cf. HARROD, *The Life of John Maynard Keynes*, pp. 338 *et seq.*

³⁰ Sobre o clima político e cultural a partir do qual Keynes chega a essas conclusões cf. SWEEZY, “John Maynard Keynes”, pp. 301 *et seq.*; e, muito mais amplamente, *Il declino del banchiere d'investimento*, pp. 190 *et seq.*

³¹ A esse respeito, cf. ROBINSON, “John Maynard Keynes 1883-1946”.

(mediante a aliança entre burguesia progressista e socialistas), não da avaliação científica autêntica da nova dinâmica das relações e da nova posição da classe operária.³²

Nessa diferença, há um elemento que deve ser observado em termos teóricos gerais. O simples registro da massificação social da produção capitalista e a conseqüente temática do intervencionismo estatal são apenas parcialmente características da nova figura que o Estado adota e correspondem historicamente à primeira concretização estatal da luta antioperária: o Estado fascista, no subdesenvolvimento italiano ou em certas variantes do socialismo prussiano, na fase das lutas que se seguem a 70, são exemplares dessa espécie. O que se tornará próprio à nova figura de Estado, em vez disso, será o tipo mesmo da dinâmica de classe posta em prática no interior do intervencionismo. No entanto, somente a crise de 29 permitirá que a ciência do capital dê esse último passo adiante na definição da figura do Estado e que 17 triunfe historicamente sobre o isolamento ao qual se tinha querido encerrá-lo.

3. Keynes: da política à ciência. 1929, ou seja, a classe operária no capital

Parece óbvio admitir que 17 não tem incidência direta sobre 29. Atrás da obviedade dessa afirmação, entretanto, há uma rede de relações históricas cuja identificação, se não explica, por certo dá sentido global à interpretação da grande crise. Isso porque, se é verdade que a crise de 29 provém diretamente da estrutura econômica estadunidense, ela também é, a um só tempo, fruto quer do acúmulo das contradições do sistema desde o início do século, quer sobretudo da escalada dessas contradições, dado que a massificação produtiva dos anos 20 havia se tornado necessária graças ao impacto sindical e político de classe no interior de cada país capitalista. Além disso, a extensão imediata da crise para o nível internacional desenvolve-se a partir dos desequilíbrios das relações comerciais que guerra e paz, revolução e intervenções contrarrevolucionárias haviam determinado.³³ Em contrapartida, porém, é a própria consciência capitalista que, ao menos politicamente, toma para si essa cadeia de causas – pois 17 apresenta-se como causa ao menos na medida em que paira como alternativa potencial.³⁴

Estamos de acordo, mas essa é ainda uma explicação externa: fazê-la funcionar dentro da análise da crise, torná-la elemento científico, será mérito de Keynes. Sob o áspero estímulo da crise, a continuidade do problema finalmente encontra resposta.

Conquanto Keynes muito fizesse para a Grande Depressão, não é menos verdade que esta fez muito por ele. Forneceu-lhe desafio, drama, confirmação experimental. Keynes entrou nela como a espécie do homem que se esperava

³² Nos ensaios de 26 (“The End of *Laissez-faire*” e “Liberalism and Labor”, ambos em KEYNES, *Essays in Persuasion*, pp. 272-294, 307-311, respectivamente), esse ponto de vista encontra enfoque singular, sobretudo quanto às necessidades políticas surgidas depois da greve geral.

³³ Sobre isso e sobre muitos outros aspectos relativos à análise econômica da década de 30, seguimos as investigações de Heinz Wolfgang Arndt (*Economic Lessons of the Nineteen-Thirties*).

³⁴ Destacam-no vigorosamente quanto à sociedade americana (o ponto central da crise) Arthur M. Schlesinger Jr. (*L'età di Roosevelt*, v. 1, pp. 189 *et seq*) e Mario Einaudi (*La rivoluzione di Roosevelt*, pp. 51, 90). Ademais, são significativos os dados reportados em FILENE, *Americans and the Soviet Experiment*.

aceitar a *Teoria geral* caso lhe fosse explicada. Dos registros anteriores nada mais se pode dizer. Antes de haver terminado a Depressão, ele emergiu de posse do prêmio, o sistema de pensamento pelo qual será lembrado.³⁵

Com efeito, a crise mostra em funcionamento dialético os elementos que a análise definira de forma isolada. 29 é efetivamente produto de quê? Do acúmulo de uma oferta excedente, que influencia de maneira direta (diminuindo-o) o nível dos investimentos líquidos e, portanto (diminuindo-os), os valores da tabela de eficiência marginal do capital. Vale dizer que a excepcionalidade da crise de 29 não pode ser explicada senão tendo presentes as condições do desenvolvimento econômico dos anos 20, quando a ampliação da base da oferta na reconversão da indústria bélica – por meio das inovações tecnológicas, do extraordinário incremento da produtividade do trabalho e da consequente expansão da produção de bens duráveis – não foi acompanhada de uma transformação da relação que tal base tinha com a demanda. O estrato político dominante, virtuosamente atrelado àquela “prudência financeira” que é a máscara vulgar do conservadorismo mais tacanho, não quis que uma correspondente massificação da demanda pudesse influenciar os movimentos massificados da oferta. Ao invés, a garantia política da independência da oferta foi valorosamente buscada e defendida. A socialização do capital caminhou lado a lado com a ilusória afirmação de sua autonomia política – e agora pagamos o preço por nossa ininteligência, conclui Keynes.³⁶

Daí aquele “manifesto político” que é a *Teoria geral*. Manifesto de um pensamento político conservador no qual o sentido da depressão atual e a ânsia pelo futuro iminente impõem de modo paradoxal que se revolucione sistematicamente toda a ciência do capital. Já se disse que “a ‘visão’ do capitalismo, como sistema, sempre no iminente perigo de cair em estado de estagnação [...] permeia e, em certo sentido, até domina a *Teoria geral*”.³⁷ Isso é verdade, desde que essa possibilidade de crise seja vista como um fato político que Keynes registra e com o qual rivaliza a fim de transformá-la. Na *Teoria geral*, a referência às teorias da estagnação é polêmica, é uma alusão a um destino capitalista que, se ontem talvez fosse inevitável, hoje é inaceitável caso o sistema queira se salvar. Isso porque quando se diz “demanda”, diz-se classe operária, diz-se movimento de massa que encontrou identificação política, diz-se possibilidade de insurreição e de subversão do sistema. O conservador combate aquilo que sua lúcida inteligência prevê, e é dessa desesperada tensão que a vontade política extrai a força para transformar-se em proposta ideológica completa e sistemática. A necessidade da ideologia keynesiana está nisso.

³⁵ SAMUELSON, “A *Teoria geral*”, p. 332.

³⁶ KEYNES, *Teoria geral*, pp. 120-124, 215-216, 299-302 *passim*. Note-se que Keynes advertira sobre a gravidade da situação já em 10 de maio de 1930: naquele dia, escrevia no *Nation*: “O fato – ainda não reconhecido pelo grande público – é que agora estamos nas profundezas de uma grave recessão internacional, uma recessão que tomará seu lugar na história entre as mais agudas já experimentadas. Para nos livrarmos de uma depressão dessa ordem, serão exigidos não apenas movimentos passivos de taxas bancárias, mas uma política muito ativa e determinada” (*apud* HARROD, *The Life of John Maynard Keynes*, p. 398).

³⁷ SWEEZY, “O primeiro quartel do século”, p. 310.

Desde as primeiras páginas da *Teoria geral*, a relação com o futuro torna-se momento essencial da análise interna do capital; pois é a expectativa que une presente e futuro: a expectativa diretamente relevante para o nível de emprego na medida em que é momento diretamente relevante para a determinação da eficiência marginal do capital.³⁸ Até aqui, Keynes está com os clássicos. Mas hoje a situação é diversa: a expectativa, que deve basear-se no empreendedorismo confiante para produzir valores positivos, é hoje desestabilizada por uma frente incontrolável de risco – e tudo isso quando a alta composição orgânica do capital não permite largas margens de precariedade. A crise destruiu a certeza do futuro, aquela convenção fundamental – verdadeira, para o capital – da correspondência dos efeitos às expectativas. Eis, então, o primeiro imperativo: o medo do futuro deve ser suprimido, o futuro deve ser fixado como presente. A convenção deve ser garantida.³⁹

O intervencionismo adquire aqui uma primeira conotação precisa: não é mais oportunidade política, mas necessidade técnica; não é registro da socialização do desenvolvimento econômico, mas ponto de referência substancial para as formas e os tempos do desenvolvimento.⁴⁰ O risco do investimento deve ser suprimido ou reduzido à convenção, e o Estado deve adotar a função de fiador da convenção econômica fundamental. Este deve defender o presente ante o futuro. Se o único modo de fazê-lo é atualizar o futuro, prefigurando-o conforme as expectativas do presente, então ele deve estender sua intervenção até constituí-la em atividade planificadora – e, assim, o econômico é incorporado ao jurídico.⁴¹ Em sua intervenção, o Estado agirá conforme normas, impondo o que deve ser. Isso não garantirá a certeza do fato, mas da convenção; almejará a certeza da projeção futura do presente. Esse é um primeiro passo, uma primeira forma de identificação entre os estratos produtivo e político do capital. Ainda indireta: mas tão necessária! Agora, de fato, a vida do sistema não se rege pela iniciativa empresarial, mas pela supressão do medo do futuro – e o Direito, por definição, deverá pôr-se à prova nisso.

Defesa ante o futuro, sede de estabilização do poder do capital contra o futuro: o caráter de classe dessa referência keynesiana é de todo evidente. Trata-se de outra maneira de dizer o que a crítica à lei de Say já havia dito. Mas aqui a relação com as novas variáveis que a ciência deve considerar é dramatizada pela crise em ato. O que é realmente esse futuro com que Keynes quer acertar as contas tão asperamente senão aquela catástrofe para si e para os seus, aquele “partido da catástrofe” que ele vê viver diante de si como classe operária? Desse ponto de vista, a afirmação keynesiana, tantas vezes superficialmente repetida, “a longo prazo, todos estaremos mortos”, é quase um presságio raivoso de classe; e a vontade de reconduzir a análise exclusivamente a seus parâmetros estáticos – tantas vezes censurada

³⁸ KEYNES, *Teoria geral*, pp. 77-81, 137-143.

³⁹ KEYNES, *Teoria geral*, pp. 159-171.

⁴⁰ É ótimo, a esse propósito, o exame de William Brian Reddaway (*Análise keynesiana e economia dirigida*) sobre a inclusão do Estado na análise keynesiana – ótimo sobretudo por ressaltar o caráter “estrutural”, interno da ação estatal. Como veremos adiante, é aqui que a análise econômica de Keynes começa a tornar-se particularmente relevante para a definição da nova figura de Estado.

⁴¹ George Burdeau (“Le plan comme mythe”, pp. 35 *et seq.*) talvez tenha, melhor que qualquer outro autor, ilustrado essa absorção do futuro no presente, operada precisamente na perspectiva da planificação econômica, e esclarecido quais importantes consequências para a concepção mesma do Direito Constitucional decorrem daí.

a Keynes – é ainda a tentativa de excluir um conjunto de possibilidades catastróficas, de anular o futuro ao prolongar o presente.

No entanto, assim o terreno da luta da classe operária se impõe também ao projeto reconstrutivo keynesiano – e é nesse terreno que a análise se aprofunda. Uma segunda qualificação torna-se essencial ao intervencionismo: aquela que vê o Estado como representante coletivo exclusivo do capital produtivo.⁴² Necessidades políticas específicas levam Keynes a essa conclusão. Já na análise da expectativa ele havia identificado, ao lado de elementos patológicos como a especulação, elementos estruturais pelos quais o futuro poderia voltar-se novamente contra nós: fenômenos concorrenciais, erros prospectivos de expectativa etc. Ora, pouco importa que – desses elementos – os primeiros possam ser perseguidos, excluídos *de jure*: tanto os primeiros quanto os segundos devem ser excluídos *de facto*. De todo modo, o sistema não pode ser perigosamente suspenso por eles no futuro.

Da minha parte sou, presentemente, algo cético quanto ao êxito de uma política meramente monetária orientada no sentido de exercer influência sobre a taxa de juros. [...], espero vê-lo [o Estado] assumir uma responsabilidade cada vez maior na organização direta dos investimentos.⁴³

Logo, a garantia global do futuro deve aprofundar-se. A figura jurídica e indireta da intervenção estatal é insuficiente. É insuficiente que o Estado garanta a convenção econômica fundamental que liga presente e futuro: é preciso algo mais, a saber, que o próprio Estado se torne uma estrutura econômica e – enquanto tal – um sujeito produtivo; é preciso que o Estado se torne o centro de imputação de toda a vida econômica. Que progresso formidável! De fato, “à medida que o capital se apodera da produção social, a técnica e a organização social do processo de trabalho são revolucionadas e, com isso, o tipo histórico-econômico da sociedade”⁴⁴ – e do Estado. Ao garantir a convenção que liga o presente ao futuro, o Estado está ainda a serviço dos capitalistas: ao pôr-se a si mesmo como capital produtivo, ele quer superar também as fricções estruturais que a economia de mercado e uma relação indireta com cada capitalista podem determinar. Trata-se de um novo Estado: o Estado do capital social.⁴⁵

Deixemos de lado, por enquanto, as exemplificações mais fáceis dessa nova qualificação de intervencionismo, ou melhor, da nova figura de Estado – como aquelas relativas à intervenção estatal enquanto sustentáculo da demanda efetiva. Retornaremos a elas adiante. Em contrapartida, vejamos o momento teórico fundamental no qual este último passo adiante do sistema keynesiano, qual seja, o postulado da equivalência entre poupança e investimento, se configura e se especifica. Saibamos que, no *Tratado sobre a moeda*, essa

⁴² Nota justamente William Brian Reddaway (“Análise keynesiana e economia dirigida”) como a interiorização do Estado na vida econômica dá-se essencialmente em relação ao investimento. No limite, sua função é diretamente produtiva.

⁴³ KEYNES, *Teoria geral*, p. 171.

⁴⁴ MARX, *O capital*, livro II, p. 134.

⁴⁵ Naturalmente, a melhor descrição dessa situação, malgrado toda a consciência que Keynes e sua escola almejavam obter, é ainda a previsão marxiana da formação do “capital social” (cf., por ex., MARX, *O capital*, livro II, pp. 174 *et seq.*).

equivalência não era admitida: a determinação de uma relação entre poupança e investimentos era, no máximo, um objetivo da política econômica, com vista a manter um nível estável de preços. Mas, entre o *Tratado* (1930) e a *Teoria geral* (1936), Keynes muda de parecer e adota o conceito de identidade contábil entre poupança e investimento como postulado em seu sistema.⁴⁶ O motivo dessa mudança apresenta maior relevância quando se dá ênfase ao momento em que ela ocorre: entre 1930 e 1936, isto é, na fase mais aguda da crise. Ora, aqui o imperativo político se radicaliza e impele à instauração de um modelo radical: é preciso excluir toda possibilidade de existência de uma renda que não seja consumida ou investida, de toda superprodução de capital; em suma, de toda disfunção da circulação. Note-se bem: o modelo não mais indica um comportamento, explicita um pressuposto, prescreve-o, e prescreve-o porque somente a pressuposição – garantida pelo Estado, no Estado mesmo – dessa condição pode permitir não só afrontar, ou melhor, prevenir e controlar os momentos depressivos do andamento cíclico, mas, em geral, tornar possível uma manobrabilidade política do estrato econômico, de outro modo impensável. Destarte, a unidade contábil – como fato orçamentário, como elemento constitucional que qualifica a ação do Estado – aparece como forma estrutural da vida econômica, enquanto o Estado surge realmente como centro de imputação da produção social.⁴⁷

Evidentemente, essa definição do Estado como figura de imputação do capital produtivo social levanta mais problemas que resolve. Em primeiro lugar, se, de fato, Keynes não vê a necessidade de um socialismo de Estado como consequência dessas premissas, então, inevitavelmente, surge o problema da relação entre estrato econômico capitalista e estrato político estatal, da barganha e da articulação entre os dois, das instituições que devem garantir e promover tal relação. A esse propósito, os insultos keynesianos contra os especuladores e os capitalistas particulares são contrabalançados pelas declarações de lealdade nos confrontos do capitalismo privado – e o problema permanece irresolvido. Depois, em segundo lugar, se é verdade que, por meio da referida equação, Keynes quer registrar a passagem tendencial da fase de predominante mediação bancária do investimento à nova fase de sua determinação produtiva direta e, de modo mais geral, “encaminhar a teoria monetária no sentido de se tornar uma teoria da produção como um todo,”⁴⁸ também a esses problemas apenas se acena.⁴⁹ Poder-se-ia dar continuidade à identificação de uma série de problemas propostos e não resolvidos, mas nada disso suprime o fato de que – embora mediante alusões, embora com muitas incertezas – a equivalência entre poupança e investimento estabelecida por Keynes configura o Estado de maneira definitivamente nova: não só como momento de sustentação e estímulo, de estabilização e inovação, mas como sujeito integral da vida econômica. De fato, aqui são extraídas as consequências extremas da crítica ao *laissez-faire*: a sociedade mesma configura-se inteiramente como fábrica – e a resistência de cada capitalista, envergonhado disso, é suprimida.

⁴⁶ KEYNES, *Teoria geral*, *Op. cit.*, pp. 83-92, 101-109.

⁴⁷ Sobre o capital como centro de imputação social, vejam-se ainda os capítulos marxianos sobre “As três figuras do processo cíclico” (MARX, *O capital*, livro II, caps. 1-4).

⁴⁸ KEYNES, *Teoria geral*, p. 28.

⁴⁹ Isso é oportunamente realçado por Paul Sweezy nos já citados ensaios que aparecem em LEKACHMAN, *Teoria geral de Keynes*.

Até aqui, a relação com o futuro, enquanto figura de uma relação de luta com a classe operária, estabeleceu-se no interior da estrutura capitalista em sentido estrito. Keynes fez-se intérprete da exigência da reforma capitalista do Estado, no escopo de atenuar, romper, se possível, a dramática tensão quanto ao futuro. Até aqui, a luta operária impõe o reformismo *do* capital. Mas como o reformismo se situa *no* capital? Como repropõe sua presença contraditória àquele nível de reestruturação altíssimo? A evolução em sentido intervencionista foi imposta ao Estado capitalista desde o momento da resposta ao movimento sindical e político do início dos anos 20, e agora – após a reestruturação e a crise – de modo decisivo. Mas qual é a qualidade, a natureza da relação estabelecida com a classe operária *dentro* do capital?

O formidável salto adiante que a ciência do capital opera com Keynes consiste no reconhecimento da classe operária como momento autônomo dentro do capital. Com a teoria da demanda efetiva, Keynes insere na Economia Política a afirmação política da relação de forças entre as classes em luta.⁵⁰ Por certo, o fim ideológico (mas apropriado, necessário) do discurso keynesiano é o da estabilização do sistema: para Keynes, o problema é fixar o ponto de equilíbrio da demanda efetiva na invariância das relações de força que a constituem. Mas esse objetivo político, para o qual a autonomia da classe operária deve resultar sempre constrangida dentro da estrutura de poder existente, termina por constituir o paradoxo do sistema keynesiano: com efeito, tal é a apreciação – imposta a Keynes, a qual ele tem de admitir – da classe operária como motor do desenvolvimento, que o equilíbrio keynesiano, definido estaticamente, jamais ocorrerá em termos estáticos. Toda equação de equilíbrio estático será, e é, uma cansativa busca de equilíbrio no desenvolvimento. Na verdade, Keynes parece reconhecer, o sistema funciona não porque a classe operária esteja sempre dentro do capital, mas porque também pode estar fora dele; porque, de novo e de novo, ameaça estar fora dele. Recuperar a ameaça, a recusa, absorvê-la continuamente em novos níveis: esse é o objetivo político, esse é o problema científico. E agora? Tratar-se-á de garantir que a multiplicação dos fatores do desenvolvimento mantenha inalterada a relação de forças. O problema não é resolvido, só recolocado. Olhando bem, a esse ponto o dinamismo do capital é somente o efeito de uma luta contínua, em que se aceita a pressão operária e se forjam instrumentos para evitar que esta última se desenvolva fora do capital, a fim de fazê-la agir em um quadro incessantemente reconfigurado. Até que ponto? No conceito de demanda efetiva remanesce uma experiência – agora decenal – do impacto operário na estrutura do capital, e esse impacto não dá sinais de exaustão. Em Keynes, há apenas a consciência da dramaticidade da situação política, que se converte em tentativa de fazer da crise, da luta, o motor do desenvolvimento. Até que ponto? “A longo prazo, todos estaremos mortos!”.

Porém, vejamos a situação mais de perto. A grande crise ocorreu quando se verificou um excedente de oferta em uma situação política de compressão da demanda, da propensão a consumir. Tal excedente foi capaz de causar um desequilíbrio de grande amplitude, que, por sua vez, acabou por influenciar o investimento líquido. O diagnóstico comporta imediatamente uma terapia: recuperar a propensão a consumir, o volume da demanda. Entretanto, uma vez que as variações da propensão a consumir são essencialmente variações

⁵⁰ O conceito de demanda efetiva é definido e desenvolvido na *Teoria geral*, pp. 59-65, 85, 113, 118-120, 237-244, 267-276.

de renda medidas em unidade de salário,⁵¹ o equilíbrio correspondente a um estágio da demanda efetivamente realizada será aquele valor pelo qual o preço da oferta agregada da produção e a expectativa de ganho empresarial serão determinados pelo nível do emprego operário. Cabe dizer que, tomadas assim as coisas, na interdependência quase circular das partes internas do sistema que Keynes se esforça em fixar, o elemento político do discurso keynesiano parece difícil de se apreender.⁵² Mas uma observação só um pouco mais atenta revela que todo o sistema das inter-relações repousa sobre um único postulado: a rigidez dos salários à baixa.⁵³ De fato, “a unidade de salários, tal como é determinada pelos acordos celebrados entre patrões e operários” constitui a fundamental “variável independente final”.⁵⁴ É aqui, em torno desse motivo, que a teoria keynesiana se revela: registro e uso da força objetivada da classe operária tomada em sua autonomia. Ela não pode ser reprimida nem suprimida: a única possibilidade é capturar seu movimento, disciplinar sua revolução.

Neste ponto, a intervenção keynesiana, dialetizada pelo princípio da demanda efetiva, faz-se plenamente política, na medida em que se transforma em capacidade de controle consciente dos movimentos de classe, que todavia são dados – são interlocutores necessários. A figura da relação de forças percorre todo o contexto conceitual.⁵⁵ Assim, a tarefa da política econômica será a de impor uma contínua revolução das rendas para, com a propensão a consumir, sustentar a produção global, os investimentos e, portanto, determinar o único equilíbrio político possível – eficaz só quando aceita para si todo o risco e toda a precariedade de uma relação de forças aberta. Admitir o conflito entre as classes, resolvê-lo a cada dia de modo favorável ao desenvolvimento do capital: esse é o espírito da teoria da demanda efetiva.

4. O Estado social na reconstrução capitalista

Se agora voltarmos a enfocar aquele problema de fundo que é a modificação da estrutura do Estado a partir da reflexão sobre 29, notaremos o quanto Keynes contribuiu para ressaltar sua radicalidade. O Estado capitalista mudou não só quanto à extensão social de sua capacidade de intervenção, mas sobretudo quanto à maneira pela qual teve de registrar o impacto de classe em sua estrutura. Depois de 29, ele adquire uma estrutura organizativa

⁵¹ KEYNES, *Teoria geral*, pp. 115 e 129.

⁵² A interdependência recíproca de todo o sistema é ressaltada sobretudo pelos intérpretes “ortodoxos” do pensamento de Keynes: sobre eles, veja-se o que diz Roy Forbes Harrod em “O sr. Keynes e a teoria tradicional”.

⁵³ “A contribuição analítica de Keynes consiste, em grande parte, na delimitação das implicações dessa ideia [a rigidez dos salários]. É quase geral o reconhecimento, agora, de que o próprio sistema da teoria de Keynes [...] depende da hipótese da rigidez de salários. Se não é feita, o sistema de Keynes simplesmente desmorona ou, para dizê-lo diferentemente, perde sua qualidade característica de diferenciadora que o coloca à parte do que livremente se denomina sistema ‘clássico’”. HABELER, “Dezesseis anos depois”, p. 295.

⁵⁴ KEYNES, *Teoria geral*, p. 238, citação modificada.

⁵⁵ Como exemplificação, basta recordar esta definição: “A função de demanda agregada relaciona várias quantidades hipotéticas de emprego com os rendimentos que se espera obter do volume de sua produção; e a procura efetiva é um ponto na função da demanda agregada que se torna realidade porque, levando em conta as condições da oferta, ela corresponde ao nível de emprego que maximiza as expectativas de lucro do empresário”. KEYNES, *Teoria geral*, p. 85.

geral cujo resultado característico é não tanto o intervencionismo como o tipo particular de dinâmica de classe. Assim, apenas a ênfase no impacto de classe na estrutura capitalista acaba por revelar a especificidade da forma atual de Estado.

Com efeito, na medida em que deve registrar o impacto operário a nível social, essa forma reproduz, nesse mesmo nível – na figura do Estado –, o tipo de controle do movimento de classe. Desde a primeira oposição entre despotismo de fábrica e anarquia social, desde a primeira organização dessa relação contraditória no Estado de direito, o capital é obrigado a passar à difusão social da organização para a exploração, à organização social do despotismo, à nova forma de Estado planificado que reproduz diretamente – no modo particular de articulação social entre organização e repressão – a figura da fábrica.

Portanto, é decisiva a contribuição keynesiana para a nova definição do Estado. Até aqui, vimos vários elementos de seu discurso confluírem para essa imagem conclusiva. Mas não falta em Keynes uma definição global que supere os elementos de definição singulares e parciais. A partir da teoria da taxa de juros, essa definição global emerge, acabada, como fruto direto do sistema.

De fato, a teoria keynesiana se movimenta – polemicamente, nos confrontos com os neoclássicos – a partir do reconhecimento de que a taxa de juros, longe de ser um elemento natural de equilíbrio da demanda e da oferta de bens capitais e o prêmio pela abstinência, depende de fatores extraprodutivos anárquicos de uma fase não socializada do capitalismo: a preferência pela liquidez e a quantidade de moeda presente no mercado. Se isso for verdade, porém, uma precariedade não suportável é mais uma vez introduzida na sociedade capitalista. Ao capitalista particular, ao rentista são confiadas funções que não poderiam lhes ser confiadas. Isso só pode levar à catástrofe. Por que suportar essa sorte e, assim, abandonar a dissolução inevitável daquela ordem anárquica às forças objetivas do processo produtivo? Isso, além de destruir o rentista, conturbaria o sistema – e é destino vizinho, sorte ameaçadora. Se quisermos salvar o sistema, conclui Keynes, devemos auspiciar “a eutanásia do rentista” – o que é moralmente legítimo, além de politicamente urgente. Daí virá, para o capitalista coletivo, a possibilidade de estabelecer uma política de ampla manobrabilidade da taxa de juros, para baixo, para “o nível em que, em relação à curva da eficiência marginal do capital, se realize o pleno emprego”⁵⁶ – de recolher nisso, como em torno de uma intenção fundamental, todo o receituário terapêutico do keynesiano. Daí então deveria vir a garantia definitiva, no decisivo nível monetário da circulação, de que os desequilíbrios poderão ser controlados.⁵⁷

À primeira vista, tudo isso parece simplesmente significar um último aperfeiçoamento do discurso keynesiano, no sentido da integração entre a teoria monetária e a teoria da produção no nível do capital social. Mas, ao se examinar mais de perto, essa subordinação da taxa de juros ao quadro de eficiência marginal do capital relativo ao pleno emprego tem outros efeitos: em particular, aquele, paradoxal, de reatar a teoria keynesiana à doutrina clássica do valor-trabalho.⁵⁸ Isso ocorre tão radicalmente que aqui a reativação da

⁵⁶ KEYNES, *Teoria geral*, p. 343.

⁵⁷ “A importância da moeda decorre essencialmente do fato de consistir ela em um elo entre o presente e o futuro”. KEYNES, *Teoria geral*, p. 278.

⁵⁸ “Um dos objetivos dos capítulos precedentes foi [...] restabelecer um estreito contato entre a teoria dos preços em seu conjunto e a teoria do valor. A divisão da Economia em teoria do valor e da

lei do valor acaba por constituir o nervo da perspectiva keynesiana – qual seja, a eliminação de todos os elementos heterogêneos ao pleno funcionamento da lei e a seu controle direto – e sobretudo comprovação do sistema – do novo sistema, do novo Estado –, na medida em que ele pode dar-se como produto da realização da lei do valor-trabalho. Com efeito, podemos dizer que aqui começa a pôr-se a equação “Estado social – Estado do trabalho”, conclusão definitiva, necessária, da apologia keynesiana do capital, de sua utopia burguesa!⁵⁹

Ao considerarmos criticamente essa tendência teórica, vemos como ela se articula. Dir-se-ia que Keynes quer verificar algumas intuições clássicas (pré-clássicas, em seu vocabulário) no nível do capital social. De fato, ao enfrentar mais uma vez a temática concernente à relação entre aspectos monetários e aspectos produtivos do capital social, ele introduz duas leis tendenciais: a do lucro médio e a da aproximação da relação entre salários monetários e salários reais.⁶⁰ Aqui, a pureza da descrição clássica da lei do valor é triscada. Dir-se-ia até mesmo que, chegado ao nível social do desenvolvimento, o capital fez-se marxista. Ilusão de ótica, indubitavelmente: mas com alguma verossimilhança histórica. Isso porque, ao passo que a teoria da empresa particular podia pôr a teoria do valor entre parênteses, aqui a consideração imposta da identidade coletiva do capital a repropõe. Ela reaparece (marxianamente? Decerto não: antes, à maneira da reelaboração reformista e social-democrata do marxismo) não só como critério de descrição do processo – lei implícita e tendencial de seu funcionamento – mas também, e sobretudo, como norma política e objetivo estratégico da ciência econômica. É por isso que o uso renovado da lei do valor introduz, de repente, no pensamento keynesiano, a mistificação do interesse social, do bem comum. Mediante a redução da teoria monetária à teoria da produção, mediante a análise da necessidade política dessa redução e das formas controladas em que ela deve se realizar, Keynes efetivamente tenta representar uma situação limite – alcançável “sem revolução” – em que lucro e juro sejam reduzidos a zero, em que a relação monetária, que constitui a esfera autônoma do poder capitalista, desapareça, sendo o dinheiro reduzido a mera unidade contábil e, portanto, mero símbolo de equivalência geral entre mercadorias produzidas – sendo desmantelados os motivos para a preferência ao dinheiro.⁶¹ O interesse social, sem

distribuição de um lado e em teoria da moeda do outro parece-me falsa” (KEYNES, *Teoria geral*, p. 277); “Eu aceito a doutrina pré-clássica de que tudo é produzido pelo trabalho” (KEYNES, *Teoria geral*, p. 211). Contra qualquer hipótese desse gênero, coloca-se Sweezy (“John Maynard Keynes”, p. 303), quando sustenta que “Keynes jamais poder[ia] transcender às limitações do método neoclássico, que concebe a vida econômica abstraída do cenário histórico e é, portanto, incapaz de proporcionar um guia científico à ação social”.

⁵⁹ A esse respeito, as conclusões da *Teoria geral* são exemplares. Elas representam um verdadeiro hino ao sistema: “não vejo por que o sistema existente faria mau uso dos fatores de produção utilizados” (p. 346). “Capitalismo e individualismo purgados”, “eutanásia do rentista”, “liberdade e eficiência, unidos e conservados”, “fortalecimento do trabalho e da liberdade”: esses são os bordões recorrentes. Com efeito, não seria difícil reconstituir esses elementos em uma imagem global, cujo grau ideológico seria máximo (e, se revelado, dificilmente suportado por todos aqueles economistas ortodoxamente keynesianos que, todavia, consideram... *wertfrei* seu método).

⁶⁰ Os dois ensaios de David Gawen Champenowne reproduzidos em LEKACHMAN (org.), *Teoria geral de Keynes*, pp. 164-211, são – sobretudo quanto ao problema da relação entre salário monetário e salário real – fundamentais para a interpretação exata do discurso de Keynes.

⁶¹ A simpatia, no mínimo estranha, de Keynes por aquela figura profética e santarrona que foi Silvio Gesell (cf. *Teoria geral*, pp. 324-328) chega a exprimir-se não só na adesão à hipótese geselliana de

elementos subsidiários e intermediários, a lei do valor deveriam, pois, governar o desenvolvimento por completo. O capital se faz comunista: é justamente isso o que Marx chamava de “comunismo do capital”.⁶²

Curioso procedimento, esse de Keynes, que em seu curso esquece os pressupostos a partir dos quais a análise se desenvolveu. Isso porque, com efeito, essa confiança na plena realização da lei do valor é confiança na plena realização da lei capitalista de extração do mais-valor. Lucro e juro, unificados e reduzidos a zero, na verdade são a figura na qual a taxa de mais-valor médio da produção social do capital se exprime.⁶³ De tal modo, a exploração não é suprimida, apenas sua figura anárquica e concorrencial. Não são suprimidos o lucro e o juro, apenas a possibilidade de excederem a média. A oposição marxiana resta intacta – ainda que isso pouco possa importar a Keynes.⁶⁴ Mais importa o fato de que essa conclusão keynesiana está em aberta contradição com outras partes significativas do sistema: em particular com aquela relativa à teoria da demanda efetiva. A afirmação de um interesse social imune às contradições de classe, à luta, às relações de força entre as duas classes contrapostas sem dúvida a nega. Mistificação, por isso, de uma realidade social já descrita; contradição científica, já que sobre aquela realidade – que agora se nega – instaurara-se a lei do desenvolvimento; e, enfim, tentativa, insólita em Keynes, mas quiçá inspirada pelo tradicional moralismo cambridgiano,⁶⁵ de adentrar o terreno da utopia.

Isso porque um capital que se torna social a ponto de recusar não tanto sua própria articulação no mecanismo monetário⁶⁶ quanto pôr-se como potência social de exploração e, portanto, autonomizar-se – isto é, pôr-se como essência separada e poder hegemônico – não

anulação do valor da taxa monetária de lucro, mas até mesmo em uma indulgente consideração de sua hipótese (ou prescrição terapêutico-feiticeiresca) do... dinheiro carimbado, em substituição à moeda. Todavia, é nas pp. 216-217 da *Teoria geral* – longe de tais referências estrambóticas, portanto – que Keynes exprime, com toda a carga científica e ideológica que deseja imprimir nela, sua hipótese de redução a zero da eficiência marginal do capital.

⁶² MARX, *Carteggio*, v. 5, p. 184. Cf. também MARX, *O capital*, livro III, pp. 493 *et seq.*

⁶³ MARX, *O capital*, livro III, pp. 189 *et seq.* e 405 *et seq.*

⁶⁴ Na *Teoria geral* a referência a Marx aparece um par de vezes (p. 66 e pp. 326 *et seq.*), em termos tais que revelam, com uma excessiva suficiência de juízo, um conhecimento talvez inadequado de Keynes (que, por sua vez, o admite: “Não sendo um bom conhecedor do marxismo...”. *Essays in Biography*, p. 128, n. 1). Ademais, são muito superficiais e vulgares os juízos keynesianos sobre as implicações culturais da revolução e do Estado proletário soviético (cf. *Essays in Biography*, pp. 84-91; e *Essays in persuasion*, pp. 253-271 e 312-317). Eu diria que, nesses casos, mais que o cientista Keynes, é o especulador do mercado de ações que fala. Desse ponto de vista, não menos essencial que outros na pessoa de Keynes (na biografia de Harrod é erigido um panegírico sobre suas capacidades de especulador), é plausível – por exemplo – uma afirmação deste gênero: “Como posso adotar um credo [comunista e marxista] que, preferindo a lama ao peixe, exalta o proletariado grosseiro acima dos burgueses e da *intelligentsia* que, sejam quais forem suas falhas, são a qualidade de vida e seguramente a semente de todo o avanço humano?” (*Essays on Persuasion*, p. 258).

⁶⁵ Em particular, a influência da tradição do radicalismo liberal e humanitário que remonta a Thomas Green e a seu ensino no ambiente cambridgiano parece forte sobre Keynes. Sobre os êxitos frequentemente utópicos do pensamento político de Green e sobre o tom geral de sua teoria política, vejam-se os recentes RODMAN (org.), *The political Theory of T. H. Green*; e PUCELLE, *La nature et l'esprit dans la philosophie de T. H. Green*, v. 2.

⁶⁶ Que essa socialidade do capital – expressa na recusa da moeda e em sua substituição “por diversas formas de crédito circulante” – seja possível, demonstra Marx (*O capital*, livro III, p. 667).

passa de utopia. Uma utopia de breve duração, mantida até que a estrutura capitalista tenha abolido, por meio do salto que as lutas e a crise lhe impuseram, as distorções mais evidentes do processo mercantil de realização do lucro; depois, quando isso estiver realizado, entra em cena a mistificação imediata de uma relação de domínio e de exploração que se exercita em nível social,⁶⁷ cuja necessidade é a reconstrução da hegemonia do capital em um horizonte de relações de força que, desde 17, mudaram, em favor da classe operária.

De resto, tal projeto é totalmente determinado no horizonte da história do capital. Reflete necessidades imediatamente práticas, não apenas teóricas: teóricas enquanto politicamente urgentes e efetivas. São as mesmas necessidades, provocadas por uma reflexão análoga sobre a crise, que estão na base do *New Deal*, bem como de toda esperança reconstrutiva do capital maduro. Por certo, se fossemos indagar sobre a fidelidade keynesiana ao *New Deal*, ficaríamos muito decepcionados: a ação de [Hjalmar] Schacht foi bem mais consoante aos ditames cambridgianos. O próprio Keynes, com amargura, notava algo do tipo: “parece politicamente impossível para uma democracia capitalista organizar as despesas na escala necessária para realizar o grande experimento que provaria minha tese – salvo em condições de guerra”.⁶⁸ Igualmente decepcionante seria uma análise das relações pessoais de Keynes com o ambiente político americano daqueles anos, particularmente com Roosevelt.⁶⁹ Ainda assim, todos os elementos teóricos que vimos em jogo na formação do sistema keynesiano estão presentes – e encontram uma análoga, se não idêntica, disposição – na síntese newdealista: da consciência do impacto operário sobre a estrutura capitalista às técnicas políticas e econômicas de sustentação da demanda efetiva por meio da retomada dos investimentos e sua corroboração pública; da ênfase na urgência de uma radical reconstrução capitalista da sociedade à imagem do Estado que daí se segue.⁷⁰ Pelo contrário, poder-se-ia dizer que só a experiência do New Deal explicita aquilo que, nesse último respeitante, pareceu-nos a característica fundamental do keynesianismo: reconhecimento da transformação da relação entre as forças econômicas em jogo e reestruturação adequada da função hegemônica do capital nesse novo contexto. Explicita-o mediante a modificação radical das “regras do jogo”, mediante a provocativa síntese de entusiasmo reconstrutivo do estrato político do capital e antigos, mas renovados, hábitos do “*due process*”. Eis finalmente esse Estado capitalista que realiza, de sua parte, para sua própria conservação, a desprezível

⁶⁷ “Vimos que a crescente acumulação do capital implica uma crescente concentração deste último. Assim cresce o poder do capital, a autonomização das condições sociais da produção, personificadas no capitalista em face dos produtores reais. O capital se mostra cada vez mais como um poder social, cujo funcionário é o capitalista, e que já não guarda nenhuma relação com o que o trabalho de um indivíduo isolado possa criar – mas se apresenta como um poder social estranho, autonomizado, que se opõe à sociedade como uma coisa, e como poder do capitalista através dessa coisa” (MARX, *O capital*, livro III, p. 303).

⁶⁸ KEYNES, “The United States and the Keynes Plan”. *New Republic*, 29 de julho de 1940, *apud* HOFSTADTER, *The Age of Reform*, p. 307.

⁶⁹ Cf. EINAUDI, *La rivoluzione di Roosevelt*, p. 83; e HARROD, *The Life of John Maynard Keynes*, pp. 445-450.

⁷⁰ Nas obras citadas, Schlesinger, Hofstadter e Einaudi reconhecem, todos, não tanto a fidelidade keynesiana ao *New Deal* – a respeito do qual o juízo de Keynes é bastante negativo – quanto a influência objetiva do desígnio político que está na base das duas experiências: é isso que nos parece importante destacar.

Aufhebung da “revolução permanente”. Realiza-a sem remorsos, exaltando a própria essência de classe, de Estado capitalista, esquivando-se de contaminações com quaisquer posicionamentos populistas ou tradicionalmente progressistas, impondo um reformismo capitalista tão distante de qualquer lamúria social-democrata sobre os desequilíbrios do sistema quanto gabão da certeza de resolver os problemas [que se lhe apresentam] concentrando-se em sua própria reprodução.⁷¹

Como Keynes podia não sentir a congenialidade desse experimento histórico radical com as bases essenciais de sua própria reflexão teórica e política? Como podia não considerar possível a utopia, mas necessária a mistificação? Que, todavia, restem culpadas utopia e mistificação objetiva, desmascaradas por uma última característica essencial revelada pelo Estado do capital maduro: a acentuação do uso da violência – direta ou indireta, mas sempre presente no desenvolvimento da ação integral de promoção e de regulação que o Estado contemporâneo considera sua tarefa. Em Keynes, essa verdade pode ser percebida ainda uma vez como meramente triscada. Isso não só na desesperada filosofia da história que acompanha a atividade científica,⁷² mas também dentro do próprio sistema, também onde a reconstrução capitalista projeta-se até o limite da utopia – ainda assim, naquele limite, Keynes retoma seus próprios passos, redescobre a situação de base na debilidade do capitalismo dentro da relação de classe que o define, e, assim, não esquece a realidade que fora seu ponto de partida nem confia exclusivamente nos modelos de reconstrução que propôs. Um ponto decisivo na *Teoria geral* ilustra essa situação: a reproposição da lei da queda tendencial da taxa de juros.

Aqui, não é importante oferecer um juízo sobre a validade científica dessa proposta keynesiana. Basta dizer que sua formulação atual parece mais convincente que a formulação clássica e marxiana, pois não se baseia na previsão de uma superprodução de capital, mas, sim, na previsão de um “declínio do retorno descontado do capital adicional e de um aumento nos preços de oferta de novos bens de capital”.⁷³ Agora, com essa formulação, Keynes tira as consequências, bem aquém do horizonte utópico em que tentou confiar, da situação de base que havia estabelecido – e usa o esquema a ele oferecido pela teoria da demanda efetiva não mais somente como índice de uma política de estabilização, mas como instrumento de previsão. Essa previsão, derivada da aplicação de uma política de demanda efetiva, é o prevailecimento da demanda sobre a oferta, o surgimento do perigo contínuo de inflação em relação às tendências deflacionistas do período precedente; em substância, a manifestação definitiva e irreversível de todos os efeitos que – nessa modificada relação entre

⁷¹ O novo componente, sindicalista, que Hofstadter (*The Age of Reform*, pp. 241-243) considera característico dessa nova fase do reformismo americano, não elide – antes, acentua em sua forma específica – o caráter de experimento capitalista radical que tem o *New Deal*. Por isso, a “tinta socialdemocrata” que Hofstadter reconhece ao experimento nada tem a ver com o ponto de vista de classe operária.

⁷² Além dos passos das obras menores, já recordados acima, cumpre considerar o fato de que a própria *Teoria geral* é atravessada por considerações sobre filosofia da história adequadas a uma visão de todo irracionalista e pessimista (vejam-se sobretudo as conclusões). Em Keynes, em particular e não paradoxalmente, o ataque à “racionalidade” específica da economia marginalista é denúncia da racionalidade em geral, é predisposição – como Robertson já notara nos anos 20 – à aceitação dos resultados irracionalistas dos “ismos” contemporâneos.

⁷³ Sobre toda essa questão cf. EMMANUEL, “Le taux de profit et les incompatibilités Marx-Keynes”.

as classes – a pressão maciça e objetivada da classe operária produz na nova máquina capitalista. Ademais, é o que nos mostrou o desenvolvimento das relações de classe no terreno imediato da atividade produtiva, depois da reforma capitalista imposta por 29 – e isso pode ser visto já na recessão de 1937, no interior do New Deal.⁷⁴

Mas é justamente a partir da combinação da necessidade de reconstrução do capital e do reconhecimento da consolidação tendencial das relações de força em favor da classe operária que se percebe novamente em Keynes o encerramento de um esforço científico que deveria ser liberador, o medo do futuro, o medo da catástrofe e de seu partido. Na dinamização da relação entre as classes, não se pode dar certeza à tentativa de um novo equilíbrio, tampouco um ponto de estabilidade definitivo ao movimento. Nessa situação, é necessária uma confiança no poder, em sua realidade separada. Será nesses termos, talvez, que a absolutização keynesiana do interesse geral, sua emancipação quanto a seu próprio esquema teórico da demanda efetiva, deve ser lida? Poder-se-á, talvez, ver no duplo movimento do pensamento keynesiano – de um lado, aberto à identificação da estrutura estatal e do processo socioeconômico, de outro, voltado a reconhecer uma generalidade do interesse estatal separada da particularidade dos movimentos sociais – uma contradição necessária à nova vida do sistema? Certo é que aquela sensação de precariedade não pode ser aplacada; talvez só o extremo caráter de violência do Estado contemporâneo lhe represente a adequada tradução institucional – *Estado*: de novo e de novo, a esse respeito, em função do medo, da repressão necessária, da violência. Assim, talvez a utopia, a mistificação keynesianas se dissolvam. As contas com o “partido da catástrofe” são acertadas dia a dia. O comunismo do capital poderá absorver em seu movimento todo valor, poderá representar integralmente a razão social do desenvolvimento: porém, não poderá nunca assimilar aquela particularidade operária que é o ódio da exploração, a irrefreabilidade ante qualquer nível de equilíbrio, pois ela é projeto de destruição do modo capitalista de produção.

Referências bibliográficas

ARNDT, Heinz Wolfgang. *Economic Lessons of the Nineteen-Thirties*. London: Oxford University Press, 1944.

ARZUMANIAN, A. A et alii. *Tendenze del capitalismo europeo: Atti del Convegno di Roma organizzato dall' Istituto Gramsci, 25-27 giugno 1965*. Roma: Editori Riuniti, 1966.

BERNSTEIN, Irving. *The Lean Years: A History of American Worker, 1920-1933*. Boston: Houghton Mifflin, 1960.

BOLOGNA, Sergio. “Composizione di classe e teoria del partito alle origini del movimento consiliare”. In: BOLOGNA, Sergio; FERRARI-BRAVO, Lucio; GAMBINO, Ferruccio et

⁷⁴ Tal é a interpretação de Heinz Wolfgang Arndt (*Economic Lessons of the Nineteen-Thirties*, pp. 68-70) no concernente à crise americana de 37. No mais, sobre o ritmo e a direção inflacionista das crises econômicas do capitalismo contemporâneo, em geral, cf. DOBB em ARZUMANIAN *et al.*, *Tendenze del capitalismo europeo*, pp. 23 *et seq.*

al. *Operai e Stato: Lotte operaie e riforma dello stato capitalistico tra rivoluzione d'Ottobre e New Deal*. Milano: Feltrinelli, 1972.

BOLOGNA, Sergio; FERRARI-BRAVO, Lucio; GAMBINO, Ferruccio et al. *Operai e Stato: Lotte operaie e riforma dello stato capitalistico tra rivoluzione d'Ottobre e New Deal*. Milano: Feltrinelli, 1972.

BURDEAU, George. "Le plan comme mythe". In: *La planification comme processus de décision*. Paris: Colin, 1965.

CHURCHILL, Winston. *The World Crisis* v. 5. London: Thornton Butterworth, 1929.

DE CARO, Gaspare. "L'esperienza torinese dei consigli operai". In: *Classe Operaia*, v. 1, n. 1, pp. 17-18, 1964.

DEMARCO, Domenico; DHONT, Jan; FAUVEL-ROUIF, Denise (orgs.). *Mouvements ouvriers et dépression économique de 1929 à 1939: étude et rapports*. Assen: Van Gorcum, 1966.

DRAPER, Theodor. *American Communism and Soviet Russia*. New York: Viking, 1960.

EINAUDI, Mario. *La rivoluzione di Roosevelt: 1932-1952*. 2a ed. Torino: Einaudi, 1959.

EMMANUEL, Arghiri. "Le taux de profit et les incompatibilités Marx-Keynes". In: *Annales ESC*, v. 21, n. 6, pp. 1189-1211, 1966.

FILENE, Peter G. *Americans and the Soviet Experiment: 1917-1933*. Cambridge (USA): Harvard University Press, 1967.

HABELER, Gottfried. "Dezesseis anos depois". In: LEKACHMAN, Roberto (org.). *Teoria geral de Keynes: trinta anos de debates*. São Paulo: Ibrasa, 1968.

HARROD, Roy Forbes. "O sr. Keynes e a teoria tradicional". In: LEKACHMAN, Robert (org.). *Teoria geral de Keynes: trinta anos de debates*. Trad. Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: Ibrasa, 1968.

_____. *The Life of John Maynard Keynes*. London: Macmillan, 1951.

HOFSTADTER, Richard. *The Age of Reform*. London: Jonathan Cape, 1962.

KEYNES, John Maynard. *A revision of the Treaty: being a sequel to The economic consequences of the peace*. London: Macmillan, 1922.

_____. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Trad. Mário R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. "Am I a Liberal?". In: *Essays in Persuasion*. 3a ed. Basingstoke; New York: Palgrave Macmillan, 2010.

_____. *As conseqüências econômicas da paz*. Trad. Sérgio Bath. São Paulo; Brasília: Imprensa Oficial; Editora da UnB, 2002.

_____. “Dr. Melchior: A Defeated Enemy”. In: *Two Memoirs*. London; New York: Augustus M. Kelley; Hupert Hardt-Davis, 1949.

_____. *Essays in Biography*. London: Macmillan, 1933.

_____. *Essays in Persuasion*. 3a ed. Basingstoke; New York: Palgrave Macmillan, 2010.

_____. “Liberalism and Labor”. In: *Essays in Persuasion*. 3a ed. Basingstoke; New York: Palgrave Macmillan, 2010.

_____. “Newton”. Trad.: João Zanetic. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, v. 5, n. 2, pp. 43-52, 1983.

_____. “The End of Laissez-faire”. In: *Essays in Persuasion*. 3a ed. Basingstoke; New York: Palgrave Macmillan, 2010.

LEKACHMAN, Robert (org.). *Teoria geral de Keynes: trinta anos de debates*. Trad. Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: Ibrasa, 1968.

MANTOUX, Etienne. *The Carthaginian Peace, or the Economic Consequences of Mr. Keynes*. London: Oxford University Press, 1946.

MARX, Karl. *Carteggio*. Roma: Rinascita, 1951.

_____. *O capital: crítica da economia política, livro I: o processo de produção do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *O capital: crítica da economia política, livro II: o processo de circulação do capital*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *O capital: crítica da economia política, livro III: o processo global da produção capitalista*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

MOMMSEN, Wolfgang J. *Max Weber und die Deutsche Politik: 1890-1920*. Tübingen: Mohr, 1959.

NAPOLEONI, Claudio. *Il pensiero economico del Novecento*. Torino: Einaudi, 1963.

OHLIN, Bertil. “Mr. Keynes Views on the Transfer Problem”. In: *The Economic Journal*, v. 39, n. 155, pp. 200-204, 1929.

_____. “The Reparation Problem: a Discussion”. In: *The Economic Journal*, v. 39, n. 154, pp. 172-178, 1929.

PRIBIĆEVIĆ, Branko. *The Shop Stewards' Movement and Workers' Control: 1910-1922*. Oxford: Blackwell, 1959.

PUCELLE, Jean. *La nature et l'esprit dans la philosophie de T. H. Green*. Leuven: Nauwelaerts, 1965.

REDDAWAY, William Brian. “Análise keynesiana e economia dirigida”. In: LEKACHMAN, Robert (org.). *Teoria geral de Keynes: trinta anos de debates*. Trad. Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: Ibrasa, 1968.

ROBERTSON, D. H. “John Maynard Keynes The Economic Consequences of the Peace”. In: *The Economic Journal*, v. 30, n. 117, pp. 77-84, 1920.

ROBINSON, Austin. “John Maynard Keynes 1883-1946”. In: LEKACHMAN, Robert (org.). *Teoria geral de Keynes: trinta anos de debates*. Trad. Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: Ibrasa, 1968.

RODMAN, John R. (org.). *The political Theory of T. H. Green*. New York: Appleton Century Crofts, 1964.

ROSENBERG, Arthur. *Histoire du bolchevisme*. Paris: Grasset, 1967.

RYDER, A. J. *The German Revolution of 1918: A Study of German Socialism in War and Revolt*. Cambridge: Cambridge University Press, 1967.

SAMUELSON, Paul A. “A Teoria geral”. In: LEKACHMAN, Robert (org.). *Teoria geral de Keynes: trinta anos de debates*. Trad. Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: Ibrasa, 1968.

SCHLESINGER, Arthur M. *L'età di Roosevelt*. Bologna: Il Mulino, 1959.

SWEEZY, Paul. “Il declino del banchiere d'investimento”. In: *Il presente come storia*. Torino: Einaudi, 1962.

_____. “John Maynard Keynes”. In: LEKACHMAN, Robert (org.). *Teoria geral de Keynes: trinta anos de debates*. Trad. Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: Ibrasa, 1968.

_____. “O primeiro quartel do século”. In: LEKACHMAN, Robert (org.). *Teoria geral de Keynes: trinta anos de debates*. Trad. Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: Ibrasa, 1968.